

# **Regulamento de Voluntariado da AFSO**

## **Capítulo I Disposições Gerais**

### **Artigo 1º Âmbito de Aplicação**

O presente Regulamento visa definir as regras de actuação do voluntariado, nas actividades desenvolvidas pela AFSO – Associação Família Solidária de Oeiras.

### **Artigo 2º Enquadramento Legal**

O presente Regulamento baseia-se na Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 389/99 de 30 de Setembro, que enquadram juridicamente o trabalho voluntário.

### **Artigo 3.º Voluntário**

Voluntário é o indivíduo que, de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado.

## **Capítulo II Admissão**

### **Artigo 4º Condições de Admissão**

Podem ser admitidos como voluntários todas as pessoas maiores de 18 anos, com espírito de gratuidade e Sentido de responsabilidade

### **Artigo 5º Candidatura**

1 - O candidato a voluntário deverá dirigir-se à Direcção da AFSO, que indicará um responsável e agendará uma entrevista.

2 – A entrevista, concerne ao conhecimento pessoal do candidato, respectivas motivações e disponibilidade e ao esclarecimento e enquadramento na AFSO e projectos em curso.

### **Artigo 6º Admissão**

1 – Entregue a candidatura, compete à direcção a responsabilidade da sua admissão, após analisar a necessidade e possibilidade de enquadramento do voluntário nas actividades da associação e dando-lhe sempre conhecimento da sua deliberação, mesmo que desta não resulte uma proposta concreta de colaboração.

### **Artigo 7º Informação e Orientação**

Será proporcionado ao voluntário admitido, antes do início das suas funções, informação e orientação acerca dos fins e actividades da associação, de modo a enquadrar a sua acção.

## **Capítulo III**

### **Direitos e Deveres**

#### **Artigo 8º**

##### **Direitos do Voluntário**

- 1 – Ter acesso a um enquadramento inicial e receber apoio no desempenho do seu trabalho com a designação de um responsável pelo seu acompanhamento;
- 2 – Dispor de um cartão de identificação de voluntário, renovado anualmente;
- 3 – Dispor de um seguro de acidentes pessoais nos períodos ao serviço da associação;
- 4 – Apresentar sugestões e participar das decisões que dizem respeito ao seu trabalho;
- 5 – Ser reconhecido pelo trabalho que realiza e obter certificação do mesmo, quando necessária;
- 6 – Assinar com a AFSSO um documento de compromisso mútuo, que regule os termos e condições do trabalho que vai realizar.

#### **Artigo 9º**

##### **Deveres do Voluntário**

- 1 – Constituem deveres do voluntário perante os envolvidos os seguintes:
  - a) Respeitar a vida privada e a dignidade da pessoa, não tornando públicos quaisquer factos que no âmbito da sua actuação lhe sejam confiados ou dado observar;
  - b) No caso de detectar alguma situação de carência passível de apoio pela AFSSO, deverá encaminhar o assunto à direcção com a máxima discrição e preservando a anonimato da pessoa ou família em causa.
  - c) Respeitar as convicções ideológicas, religiosas e culturais;
  - d) Aceitar as contribuições e as recusas de modo igualmente agradecido e com compreensão.
  - e) Usar de bom senso na resolução de assuntos imprevistos, informando os respectivos responsáveis e sem alimentar qualquer forma de conflito;
  - f) Actuar de forma gratuita e desinteressada, recusando contrapartidas e compensações patrimoniais;
  - g) Nunca pedir nem aceitar dinheiro ou valores em nome da associação, indicando sempre para o efeito os canais previstos.
  - h) Garantir a regularidade e pontualidade no exercício do trabalho voluntário.
- 2 – Constituem deveres do voluntário perante a AFSSO os seguintes:
  - a) Observar os princípios e normas inerentes à actividade, em função dos domínios em que se insere;
  - b) Conhecer e respeitar os estatutos e funcionamento da organização, bem como as normas dos respectivos programas e projectos;
  - c) Actuar de forma diligente, isenta e solidária;
  - d) Zelar pela boa utilização dos bens e meios postos ao seu dispor;
  - e) Participar em acções de formação, esclarecimento ou de contribuição para um melhor desempenho do seu trabalho;
  - f) Garantir a regularidade do exercício do seu trabalho;
  - g) Não assumir o papel de representante da organização sem seu conhecimento ou prévia autorização;
  - h) Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua actividade;
  - i) Informar a Instituição com brevidade sempre que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário.

## **Artigo 10º**

### **Deveres da Instituição**

Com respeito pelas normas legais e estatutárias aplicáveis, deve ser acordado entre a Instituição e o voluntário um programa de voluntariado, cabendo à primeira a definição das seguintes condições:

- a) A definição clara do âmbito do trabalho voluntário em função do seu domínio da actividade previamente definido;
- d) Os sistemas internos de informação e de orientação para a realização das tarefas destinadas aos voluntários;
- e) A avaliação periódica dos resultados do trabalho voluntário desenvolvido;
- f) A realização das acções de esclarecimento destinadas ao bom desenvolvimento do trabalho voluntário;
- g) A cobertura dos riscos a que o voluntário está sujeito, através de um seguro de acidentes pessoais;
- h) A identificação como voluntário e a certificação respectiva;
- i) O modo de resolução de conflitos entre a Instituição e o voluntário.

## **Capítulo III**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 11º**

##### **Suspensão e cessação do trabalho voluntário**

- 1 – O voluntário que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário deve informar a Instituição com a maior antecedência possível.
- 2 – A Instituição pode determinar a suspensão ou a cessação da colaboração do voluntário no caso de incumprimento das suas tarefas ou de comportamentos que desprestigiem os princípios e a imagem do projecto em causa.

#### **Artigo 12º**

##### **Resolução de litígios**

Qualquer litígio no âmbito do desempenho das funções do voluntário será resolvido por uma Comissão Arbitral constituída por representante da direcção da AFSO, do voluntário e um terceiro designado por aqueles.

#### **Artigo 13º**

##### **Entrada em Vigor**

O presente regulamento entra em vigor em 01 de Janeiro de 2013.